

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DELIBERATIVO - CND

Aos dias 25 de agosto de 2002, nas dependências da PUC/SP, à rua Marquês de Paranaguá, 111, em São Paulo, foi realizada a terceira reunião ordinária do Conselho Nacional Deliberativo - CND, convocada pela presente gestão da DNE.

Estavam presentes os membros da Diretoria da DNE professora Célia Maria Carolino Pires, professora Mônica Rabello de Castro, professora Regina Maria Pavanello, professor Wagner Rodrigues Valente, professor Adriano Pedrosa de Almeida, professora Edda Curi.

Representando as DRs, compareceram os professores José Carlos Pinto Leivas e Alice Teresinha Pacheco (RS), Estela Kaufman Fainguelernt (RJ), Paulo Figueiredo Lima (PE), Marilena Bittar (MS), Jussara de Loiola Araújo, Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca e Heloisa Borges Nascentes Coelho (MG), Ruy Madsen Barbosa (SP), Maria Auxiliadora Vilela Paiva e Roseane Sobrinho Braga.(ES), Rômulo Marinho do Rego (PB), Olga Maria Barreiro Claro e Regina Lúcia Rosa da S. Ribeiro (BA).

Da pauta da reunião constavam os seguintes itens: (1) Expediente: Leitura e aprovação da ata anterior; (2) Balanço do I Fórum Nacional de Licenciaturas em Matemática; (3) Definição da equipe de redação do documento síntese do Fórum; (4) Educação Matemática em Revista - nº 12; (5) Decisão sobre participação em evento; (6) Cobrança e atualização de endereços; (7) Boletim.

Diretorias Regionais: maior contribuição; (8) Coleção UnB e Revista de Pesquisa; (9) Site de atividades e (10) Diversos.

Lida e aprovada a ata da reunião anterior, teve início a discussão sobre o fórum das licenciaturas em Matemática. Mônica diz ser necessário que, para a elaboração do resumo das indicações do Fóruns regionais, seja nomeada uma comissão com mais gente, porque considera haver muito trabalho para uma pequena comissão.

Dora propõe que a primeira redação seja dividida entre os componentes da comissão, por tema. Célia considera ser interessante que seja feita uma tabela na qual seja indicado o número de participantes, o de IES, bem como a quantidade de públicas e particulares presentes.

Marilena ajunta a necessidade de se colocar o número total de Instituições existentes em cada região para dar uma idéia da abrangência dos encontros.

Decidiu-se que os fóruns regionais cujos textos resumo ainda estão sendo feitos, enviem estes o mais rápido possível para a comissão.

Esta, se houver necessidade, poderá pedir mais informações sobre eles às DRs.

Mônica diz sentir a existência de uma crise de informação; por isso propõe que, no próximo boletim, já saia um relato das atividades do fórum no qual se indique quem está na Comissão e como esta operará.

Pede que as DR enviem mais informações para o boletim e que estas sejam menos sucintas.

Estas informações devem ser mandadas para ela (pelo e mail pessoal) e para a DNE.

Célia relata a dificuldade em receber informações e destaca como isso dificulta a constituição do processo de transformar a SBEM em instituição de utilidade pública.

Como existe, no MEC, financiamento para algumas revistas que são distribuídas para todas as escolas do Brasil, a finalização desse processo é importante.

Mas, para isso, é necessário que cada DR elabore um dossiê com o histórico da Regional, os eventos realizados, etc.

Mas esse relato não pode ser lacônico. O dossiê deve ficar pronto o mais rápido possível na DR para ser enviado à nacional quando esta dele necessitar. A esse respeito, Mônica sugere a inserção, nos Boletins, do histórico de cada DR, um por vez.

Os participantes da reunião queixam-se de que as informações enviadas não estão sendo divulgadas. Ainda quanto ao dossiê, Célia diz que as regionais devem elaborar o seu e atualizá-lo.

Indica que ele precisa ser eletrônico para facilitar a comunicação e para deixá-lo à disposição para quando seja necessário. Voltando ao balanço dos Fóruns regionais, Mônica salienta que não participou daquele do Rio de Janeiro, mas, pelo que viu no Nacional, a discussão parece estar ainda no começo.

Considera que a discussão tem que continuar para nos fortalecer e para que possamos influir nas decisões do MEC. Estela sugere fazer essa discussão em cada evento que fizermos, pois sente a necessidade de irmos mais a fundo nessa questão.

Quanto ao fórum paulista, Ruy disse que ele precisou ser cancelado porque, seja por falta de interesse, seja por contratempos na divulgação, o número de inscritos foi muito pequeno (70 inscrições).

Segundo ele, o evento deveria contar com, além dos trabalhos dos sócios, os trabalhos das instituições.

No entanto, das instituições só chegaram 4 trabalhos e, dos sócios, 3, o que não seria suficiente para se ter uma idéia da realidade paulista. Diz ele que pretende realizar o Fórum junto com o EPEM, em janeiro ou fevereiro.

O do RJ teve, segundo a direção regional, uma grande representação, não só de professores como também de alunos, o mesmo tendo acontecido no RS.

Leiva acha que o Fórum Nacional não teve maior participação porque faltou divulgação de que poderiam vir outras pessoas além dos representantes da Regional. Ele estranhou o fato de que nem todos os fóruns Regionais seguiram as instruções da DNE: Marilena diz que no MS não fez grupos porque ao todo havia só 20 pessoas.

Diz ela que o Fórum foi representativo porque todas as Instituições compareceram. Quanto ao Nacional, acha que todos nós da SBEM deveríamos ter lido mais sobre a legislação.

Estranhou certas discussões, porque, segundo ela, nas Diretrizes Gerais estão claramente colocadas certas questões, como a importância da pesquisa na formação do professor. Sua preocupação é de que, quando soltarmos nosso documento, as pessoas possam estranhar certas incoerências como dizer que falta um tema quando ele está contemplado no documento mãe. (Diretrizes Gerais). Diz

que deve,mos ter cuidado para não sermos contraditórios.

Célia interpõe que a expectativa de quem formulou as Diretrizes Gerais é que elas consolidassem uma visão de curso de licenciatura.

Assim, esperava-se a abertura de novas discussões para definição de aspectos das diretrizes em relação às disciplinas específicas: tudo o que havia sido pontuado no geral deveria ter sido explicitado ostensivamente nas Diretrizes Específicas.

Assinala que as discussões nas IES acabam se pautando somente nessas últimas. Marilena diz que isso dá mais argumentos para nosso pedido de revisão destas.

Paulo enfatiza que todos nós da Nacional deveríamos ter um bom conhecimento sobre esses trâmites até para podermos direcionar e esclarecer as discussões. Mônica salienta que no documento deverá ser feito esse histórico. Olga relata que, ao propor o fórum da Bahia, ela enviou os documentos para cada professor e fez a discussão pela internet.

Ao Fórum vieram apenas os coordenadores de curso ou representante (geral), num total de 2 pessoas por instituição. Um ponto que ela considerou importante foi que quando a instituição tinha Departamento de Matemática e de Educação, compareceu um representante de cada.

Houve uma mesa redonda em que foram discutidas as questões já debatidas no site. Acredita que a SBEM deve se inscrever na Semana dos Estudantes e levar essa discussão para eles.

Quanto ao Fórum Nacional, acha que a questão principal foi exatamente a possibilidade de as diretrizes específicas terem deixado buracos. Adriano (PE) diz que a representação da universidades no Fórum foi muito boa e as discussões mostraram exatamente a complexidade que é a formação do professor de matemática.

Vê a necessidade de a SBEM ir a fundo nessas discussões. Crê que o Fórum foi apenas o primeiro passo para as discussões.

Célia diz que a ação do Fórum permitiu a interlocução direta com os cursos de licenciatura do País. Lembra a tentativa de estabelecer um vínculo com as Instituições que oferecem o Curso de Licenciatura em Matemática e da resposta mínima obtida, se configurando geralmente como pedido da revista, mas sem ônus para a instituição.

E o Fórum, de certo modo, conseguiu esse vínculo. Paulo diz que percebeu que há na comunidade certos antagonismos entre visões sobre o curso.

Acha que não deve haver medo que existam cursos ruins e que um tema fundamental deve ser a avaliação destes. Mônica adverte que o documento é o guia dessa avaliação. .

Célia diz que devemos decidir bem qual é o papel da Sociedade. Lembra que na Inglaterra houve a idéia que com a avaliação o sistema muda, mas que se percebe hoje no Brasil que não é bem isso que acontece e que, portanto, é papel das diretrizes colocar não só a situação real, mas mostrar o que se pode fazer efetivamente para sua melhoria. .

Paulo aparteia dizendo que as diretrizes têm que ser mesmo mais gerais do jeito que elas estão. Célia contrapõe dizendo que a Sociedade deve ter standards para

OS CURSOS.

Rômulo diz que na reunião de seu grupo se colocou em pauta as competências e se viu que há conceitos sobre os quais não temos consenso. Acredita que o Fórum foi positivo porque nos mostrou nossas dificuldades.

Com relação a Minas Gerais, Jussara diz que foi decidido no Fórum ter-se como ponto de partida o conhecimento da realidade de cada curso existente no Estado, o que permitiu um momento muito rico de troca de experiências. .

Conceição diz que uma questão muito discutida no Fórum de MG foi a das condições de funcionamento dos cursos, o que demonstra ser esta bastante importante para eles.

Célia esclarece que há dois textos que serão colocados no site da SBEM, um do Carlos Jamil Cury e outro do Rômulo, que servirão para o prosseguimento das discussões. Mônica sugere que em todos os ENEM e eventos da sociedade haja um espaço designado por Fórum Permanente da Licenciatura.

Wagner sugere que se poderia fazer um seminário para aprofundar a discussão dos documentos elaborados nas regionais, uma das preocupações sendo alcançar uma clareza maior sobre o percurso dos documentos. Um outro tema poderia ser o provão. Este seminário, a ser feito brevemente, serviria para não deixar no esquecimento as questões levantadas nessa primeira rodada e para caminhar na direção dos standards.

Este seminário poderia ter também como tarefa discutir o impasse colocado pelos conceitos propostos nos documentos. Isso possibilitaria uma melhor devolução para as regionais.

Dora diz que no ES houve interpretações errôneas desse documento (Diretrizes Específicas) e, no segundo encontro, a partir da leitura da EMR, a discussão continuou, embora ela ache que o avanço não foi grande. Por isso, acha necessário dar continuidade ao debate conjunto, o que poder ser feito sem problema, visto que no Estado há poucas IES.

Acredita que o documento da SBEM deve ter indicadores de como se deve trabalhar na licenciatura. Mônica interfere dizendo haver aqui uma visão equivocada e que nosso papel é conduzir o envolvimento no processo de discussão.

Segundo ela, há necessidade de a SBEM assumir a liderança e estamos nesse caminho. Regina achou positivo o Fórum do Paraná, dado o interesse dos participantes nas discussões e o envolvimento dos coordenadores de curso de todas as Universidades Públicas na discussão.

Célia lembra que há a proposta do Wagner do seminário e a do Fórum Permanente, da Mônica. Para ela, tais propostas se completam. Propõe que nos consideremos em Fórum Permanente (sendo feitas reuniões regionais) e que o Seminário seja feito no próximo CND, nos dias 13, 14, 15 de março de 2003 (até às 12 horas, quando começaria a reunião do CND), proposta que foi aceita. .

Em seguida foi discutido o local para a realização do Seminário, tendo-se decidido por Salvador, ficando a Comissão organizadora constituída por Olga, Adriano e Rômulo. Célia alertou para a necessidade de as comissões organizadoras dos eventos terem pessoas da DNE e nomes da Regional que os sediarão.

Nesse momento se decidiu também local e data para a realização do II SIPEM,

tendo sido escolhida a cidade de Santos. Para a Comissão Organizadora do evento, que será realizado no período de 22 a 25 de outubro de 2003, foram designados Wagner, Regina, Estela e Mônica.

Tendo-se comentado a necessidade de consultores ad hoc para dar os pareceres sobre os trabalhos, ficaram acertados os seguintes nomes: Clélia Ignatius Nogueira (UEM- PR), Helena Cury (RS), Marilena (UFMS), Maria Tereza (UFPR), Rogério (UFPB), Cristiano (UnB), Jussara Albernaz (UFES), Ruy Madsen (SP), José Paulo (RJ), Jonei (BA) e André (BA).

Foram levantados também os nomes de possíveis convidados internacionais, tendo sido aventados os seguintes: João Felipe de Matos (PT), vergnaud (FR), Bruno Belhiske (FR), Michele Artigue (FR), L Serrazina (PT), Liñares (ES) Delai Lerner (AR), Tardiff (CA), Arcavi (IS) e Sagula (AR). Decidiu-se, porém, que seriam os GTs que deveriam indicar as pessoas de acordo com a importância do trabalho para si.

Assim, a lista e nomes será colocada na lista da SBEM para que os GTs se manifestem. Célia comentou, em seguida, sobre a reimpressão do 1º volume da EMR e que o vol. 12 também está pronto, sendo necessário, porém, verificar quem vai bancar a impressão.

Considera importante de, nos eventos, se divulgar também as publicações das regionais. Quanto à atualização da cobrança, Célia enfatiza a necessidade de ser este um trabalho conjugado de DNE e DRs.

Em seguida diz ser importante decidirmos sobre o convite à SBEM para participar do Seminário sobre o provão. Célia considera que é importante a SBEM ter um papel maior do que só a presença ao encontro, mas que para isso há necessidade de maior participação das DRs. Foi decidido que Célia participará do Seminário e reivindicará um espaço maior para a divulgação do que produzimos nos Fóruns.

Quanto aos selos para os sócios que efetuaram o pagamento a anuidade, eles serão enviados após a constatação do pagamento a partir da planilha do Banco. As carteirinhas e os selos serão enviados para as DRs, que se encarregará do envio aos sócios. quanto à coleção da SBEM, Célia relatou ter feito um pré-projeto e enviado à Editora da UnB, mas como dada a proposta de que a Sociedade procurasse financiamento para a publicação, considera necessário pensar se é esse o caminho mais adequado. Mônica acha difícil conseguir financiamento para um primeiro livro, o qual, a princípio, deveria ser financiado pela SBEM. A partir desse 1º volume, então, se poderia pensar em financiamento. Acha que podemos começar a negociação com a editora da UERJ. Lembrou-se do convênio com a Papyrus e a Estela sugeriu a Artmed. Wagner lembrou, no entanto, que a idéia era uma coleção da SBEM. Mônica acredita ser possível fazer uma parceria, de modo que a SBEM banca pelo menos uma parte da 1ª edição, depois do que será possível pedir financiamento às agências. O assunto seguinte foi a revista de pesquisa e Mônica considera que precisamos rediscutir a língua em que será publicada porque, se for em português, não funcionará como divulgação internacional do nosso trabalho. Foram tomadas as seguintes decisões em relação a esses assuntos: a) Vamos publicar o 1º volume. Será feito um levantamento de custos, se fará o lay-out da coleção e, a partir disso, se pedirá financiamento.; b) a revista de pesquisa será publicada em inglês, com resumo em português na última folha. Mônica pede que os informes das DRs para o Boletim Nacional sejam mandados até o dia 29/9.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual eu, Regina Maria Pavanello, lavrei a presente ata.

São Paulo, 25 de agosto de 2002.

